

## A LUTA CONTINUA

Na semana de 5 a 12 de Outubro, as estruturas representivas que, apesar de todas as pseudo-liberalizações de fachada, continuam a governar o País sem atender à vontade do Povo, vieram agredir os órgãos democráticos estudantis com mais uma vergonhosa arbitrariedade.

Assim, os Corpos Gerentes da A.A.C., de alguns Organismos Autónomos, de Juntas de Delegados, e diversos elementos directamente ligados à Luta que temos vindo a travar, num total de meia centena de estudantes, foram traiçoeiramente atingidos com a incorporação no Serviço Militar Obrigatório, ao abrigo de uma lei que demonstra a íntima conexão entre autoridades governamentais e académicas. Entre eles vários com 21 e 22 anos, e no último ano do Curso. Porque foram chamados? Ao abrigo do decreto que condiciona o Serviço Militar ao bom comportamento escolar? Mas por que lhes foram passados, a seu pedido, certificados de bom comportamento?

Revoltados com este inqualificável acto, os estudantes, em número de algumas centenas, concentraram-se espontaneamente na Estação Nova aquando da partida dos colegas para Hafia, protestando veementemente contra o facto de aqueles terem sido compulsivamente obrigados a deixar a Universidade para servirem uma causa que não podem discutir. Na verdade, foi alguma vez consultada a Juventude Portuguesa acerca do problema da Guerra? Todos sabemos que não.

E assim, foi demonstrado o apoio daqueles que partiam, pelos que ficavam, indiscutivelmente unidos na força que não abranda. E tudo isto, no momento em que as autoridades pensam o contrário.

O ataque de que fomos vítimas julgou escolher o momento próprio. De facto, solicitados pelos exames, preocupados pelo exercício formal de salvar um ano, impossibilitados pela polícia dum local de reunião e, por consequência, dum expressão colectiva, apenas oferecíamos vozes individuais a um "golpe oportunista". A "defesa sagrada da Pátria" torna-se de momento, correctivo próprio de indesejáveis. O processo é velho e por demais conhecido: os altos valores são palavras ambíguas para uso oportuno.

Aconteceu agora, em Outubro, e não em Julho; aconteceu no dia 12, e não no dia 7 (incorporação normal), pois, era tida a unísona voz com que poderíamos nos ripostar. Uma vez mais se mostra a necessidade e permanente atenção, única forma de evitarmos iguais manobras e nos defendermos de uma repressão sempre ameaçadora.

Em todos os pretextos parecem adequados para praticar a compulsiva eliminação dos órgãos democraticamente eleitos, na ilusória tentativa de anestesiar uma Academia, com o afastamento de alguns. A política repressiva do Governo, previu-se, tinha subjacente uma intenção: não encarar a sério a resolução de um dos mais graves problemas que afetam o nosso País - o Ensino -.

As oportunistas promessas de uma Reforma do Ensino, definiram os estudantes que esta só seria válida se resolvessem de maneira radical o problema. Eis porque exigiam os estudantes, antes de mais, e entre outras reivindicações, a Democratização do Ensino a todos os níveis. Reafirmaram também, no caso concreto, a sua intenção de intervir ativamente na Reforma da Universidade. Queriam ser ouvidos como primeiros interessados. Toda sua luta passou, por isso, a centralizar-se num ponto - defesa da legitimidade dos seus órgãos democraticamente eleitos.

Degrau a degrau, a má fé do Governo tornou-se inequívoca: cedendo quando a força dos estudantes o obrigava a tal, oprimindo quando os estudantes não tomavam as posições que mais os defendiam. É a longa crise que se arrasta em Coimbra desde 17 de Abril desmistificou à sociedade o "liberalizante" Marcello Caetano.

Mas a política dissuatória e atemorizadora do Governo tem uma falha:

- não conta com a Unidade dos Estudantes.

Estes construíram-na na luta por objectivos justos e sabem hoje que ela constitui a sua força única. É para nós evidente que é preciso reforçá-la, pois não desistiremos da luta. E não desistiremos da luta porque não estamos a lutar para multiplicar vítimas inutilmente. As lutas justas fazem-se para vencer.

Continuam quase intactos e tem-se vindo a avolumar os pontos em torno dos quais os estudantes de Coimbra desencadearam o vigoroso movimento de protesto, começado em 17 de Abril.

Tarefa indispensável aos estudantes é a rejeição dos decretos leis que, de um modo arbitrário, definem a incorporação de estudantes nas Forças Armadas; é exigência da sua imediata revogação. É ainda, e sobretudo, a multiplicação das Reuniões de Cursos e Faculdades, com vista ao estudo dos seus problemas pedagógicos e à obtenção de um local onde, novamente, os estudantes possam, e todos juntos, dar a prova sem equívocos, da sua vontade.

A certeza de uma época em Janeiro e a abertura da A.A.C., eis os objetivos imediatos a que se propõe a continuação desta nossa batalha. Para ela sabermos fazer convergir as experiências de greve a aulas e exames.

Também a análise, urgente e imperiosa, do que se passou em Setembro enriquecerá e integrará o processo concreto que, juntos, iremos definindo. É para isso necessário que, desde já, nos organizemos a todos os níveis, tendo em vista todo um trabalho a curto e médio prazo.

IMPORTANTES:

O nosso colega e Presidente da A.A.C., ALBERTO MARTINS, será julgado no dia 23, no Tribunal Plenário do Porto. É urgente o nosso apoio. Mantem-te atento!

AS JUNTAS DE DELEGADOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA EM REUNIÃO.

VIEM. VAMOS ENBORA  
QUE ESPERAR NÃO É SABER  
QUEM SABE, FAZ A HORA  
NÃO ESPERA ACONTECER!

HÁ SOLDADOS ARMADOS  
AMADOS OU NÃO  
QUASE TODOS PERDIDOS  
DE ARMAS NA MÃO

NOS QUARTÉIS LEMOS ENSINAM  
UMA ANTIGA LIÇÃO  
DE HORRER PELA PÁTRIA  
E VIVER SEM RAZÃO!

(Geraldo Vandrê)

Coimbra, 14 de Outubro de 1969.